



A assistência manifesta-se expressivamente

Decidido em assembleia geral extraordinária

SINDICATO DOS TRABALHADORES DE ESCRITÓRIO DO PORTO ABANDONA A U.S.P./INTERSINDICAL

A não identificação com os estatutos da U.S.P./Intersindical e as acusações de manipulação partidária e regimento não democrático por parte do referido organismo, constituíram pontos-chaves das intervenções que, ontem, à noite, no pavilhão do Académico, se registaram no decorrer da A. G. extraordinária do Sindicato dos Trabalhadores de Escritório do Distrito do Porto, convocada no termo dos estatutos, os quais prevêem votação nominal secreta para os casos de adesão ou desvinculação de Associações Sindicais.

Por outro lado, outras intervenções surgidas apelaram para a «gravidade» decorrente de um rompimento com a Central Única de trabalhadores e para os inconvenientes acarretados ao sindicato com a falta de apoio técnico nomeadamente durante a negociação das contratações. Uma outra posição expressa por um sócio repudiava a U.S.P./Intersindical e considerava, por outro lado, o inconveniente grave «na unidade sindical» causado por um eventual desvínculo, pelo que se pronunciou por uma «forma de participação não activa».

Entretanto, a assembleia geral, que teve como ponto único na agenda de trabalhos a discussão e elucidação dos associados com vista à votação, foi precedida pelo escrutínio do número de votantes.

Antes do início da sessão, um elemento da Comissão Provisória garantiu-nos que, em termos de percentagem de contribuições, o Sindicato dos Trabalhadores de Escritório do Distrito do Porto, representa cerca de 80% da estrutura da respectiva Federação a qual engloba no total oito agremiações sindicais. Salientou ainda que an-

teriores assembleias gerais tinham expresso com veemência o desejo de desvinculação com a U.S.P./Intersindical.

Pouco depois de iniciados os trabalhos, os numerosos trabalhadores presentes que enchiam por completo o recinto tomaram posição oposta relativamente a uma intervenção proferida por Helena Pinto Soares, que iniciou as suas palavras do seguinte modo: «A história da Intersindical, desde a sua fundação até aos nossos dias, é a história da traição ao proletariado, levada a cabo pelos dirigentes social-fascistas». Explosões de aplauso fizeram-se prontamente ouvir, chocando com a forte onda de protestos que de imediato também soaram. O tom em que a assembleia ia decorrer estava encontrado e Helena Pinto Soares prosseguiu fazendo ouvir-se a muito custo.

Afirmaria a seguir: «Fizeram eles, esses dirigentes vendidos, alguma coisa de positivo pelo regresso dos nossos emigrantes? Preocuparam-se eles, algum dia em lutar pela aplicação do salário mínimo aos assalariados rurais, aos proletários do campo?

Apoiaram eles, alguma vez, as justas lutas de milhões de trabalhadores do nosso País, em busca de melhores salários e de melhores condições de vida? E de trabalho?».

Entre vibrantes aplausos e os mais veementos protestos, a sócia do Sindicato continuou repetindo a cada passo frases inteiras, por não se fazer ouvir. Disse ainda: «Em contrapartida, os dirigentes vendidos da Intersindical vendida, caluniaram todas as justas lutas dos trabalhadores portugueses; infringiram e vilipendiaram as greves dos T. A. P., dos C. T. T., dos pescadores e dos padeiros, dos Transportes e Telecomunicações; encuraram os operários fazendo-os suar dias e jornadas de trabalho para dentro dos cofres dos capitalistas; ergueram-se para combater a aplicação imediata da aplicação da semana de 40 horas». O seu discurso (lido) continuou, manifestando-se até final altamente hostil à Intersindical. A encerrar, afirmou: «A história negra da Intersindical, sob a direcção dos social-fascistas do P.C.P. é suficiente para nos persuadir de que não há nenhum trabalhador honesto que não seja pela desvinculação».

Com a chegada à mesa de um requerimento solicitando a passagem imediata à votação com prejuízo dos oradores inscritos e que veio a ser aprovado por maioria, pôs-se termo à série de intervenções.

Os votos começaram então a entrar em cinco urnas, prolongando-se até de madrugada a sua contagem devido ao elevado número de votantes.

Na votação participaram 1479 sindicalizados, dos 1505 presentes.

Quanto à continuação ou saída da Intersindical a votação foi a seguinte: Sim — 186; Não — 1272; Abstenções — 5; Votos nulos — 16.

No que respeita à permanência na Federação Regional do Norte dos Sindicatos dos Trabalhadores de Escritório o resultado foi: Sim — 235; Não — 1204; Abstenções — 24; Votos nulos — 16.

16 SET. 1975

A Intersindical em perigo a curto prazo?

AS eleições realizadas no Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas traduziram-se pela vitória da lista adversa à Intersindical. O mesmo aconteceu no Sindicato dos Trabalhadores de Escritório do Distrito de Lisboa. O mesmo, aliás, tinha acontecido antes no Sindicato dos Jornalistas e no Sindicato dos Farmacêuticos.

Praticamente, em todas as eleições sindicais realizadas ultimamente, a Intersindical perdeu sempre por amplas margens: 25 a 35 por cento dos votos a seu favor e 65 a 75 por cento contra. Ao contrário do que acontecera nas eleições anteriores, o número de participantes foi significativo, e correcto o processo eleitoral.

Nos bancários e nos empregados de escritórios a Intersindical perdeu os seus dois maiores pontos de apoio no sector dos serviços, dado que aqueles sindicatos possuem, respectivamente, cerca de 30.000 e 80.000 associados. Deles, segundo se afirma — particularmente do Sindicato dos Trabalhadores de Escritório — proviham os fundos com que tem sido editado o jornal «Alavanca». Não será, todavia, a perda desta fonte de rendimentos que fará suspender a publicação do «Alavanca». Outros auxílios surgirão, como, de resto, já tem acontecido. Aliás o que está em causa não são as reper-

cussões financeiras das últimas derrotas da Intersindical mas o seu significado.

O que, na verdade, importa, é saber se a Intersindical, apresentada como o grande baluarte dos direitos dos trabalhadores, está ou não a ser rejeitada pela grande maioria dos trabalhadores.

De momento, restam-lhe apenas os sindicatos ocupados depois do dia 25 de Abril e cujas direcções, instaladas de forma que suscitou reparos, foram confirmadas nos seus cargos por decisão governamental, o Sindicato dos Metalúrgicos, que lhe poderá escapar da mão nas eleições que se avizinham, e meia dúzia de sindicatos de segundo plano.

Como explicar que a oposição à Intersindical seja tão forte? Há quem afirme que essa oposição resulta «de uma estratégia anticomunista» concertada por um entendimento P.S./M.R.P.P. dado que a grande maioria das listas vencedoras incluem simpatizantes e militantes daqueles dois partidos. Resta saber, porém, se existe uma aproximação política entre os dois partidos quanto à questão sindical ou se, ao invés, há apenas uma aliança natural, resultante de uma coincidência de atitudes perante o comportamento do actual secretariado da Intersindical.

De qualquer modo, o facto de se considerar a aliança tácita P.S./M.R.P.P. como originada por «uma estratégia anticomunista» em matéria sindical constitui a confissão de um facto conhecido, mas até agora sempre negado pelo P.C.P. e pela Intersindical: a de que esta organização é inteiramente dominada pelos comunistas. E isso explica tudo. As recentes eleições sindicais mostram que os trabalhadores verificaram que a Intersindical é, não associação de classe mas órgão de um partido com interesses que, naturalmente, divergem daqueles que os trabalhadores pretendem defender, mau grado o P.C. se apresentar como «o partido da classe operária».

Esta designação tem, sem dúvida, base histórica, mas o seu significado na sociedade moderna e, principalmente, na sociedade portuguesa, é pouco valor. O facto explica que, por vezes, se fale também no «campesinato», e mais frequentemente nas «massas trabalhadoras», como classes representadas pelo P.C.P. Mas é exactamente aí que está a raiz do problema.

Lenine, ao conceber os sindicatos como ponta de lança do movimento operário e este como a base da revolução socialista, rejeitou implicitamente a tese do Congresso de Gotha, segundo a qual os sindicatos deviam preocupar-se unicamente com os problemas das relações de trabalho, deixando ao partido a resolução das questões políticas. Não quer dizer,

por isso, que Lenine tivesse concepções ideológicas diferentes das de Marx, mas apenas que a situação no seu tempo e no seu país era diferente da que caracteriza a cena europeia anteriormente.

Dessa divergência resultou que os sindicatos russos, formados como prolongamento do partido comunista, eram órgãos partidários que se identificavam com os seus dirigentes. Partido e sindicatos eram dois aspectos da mesma luta. Não é, evidentemente, o que sucede no nosso país.

A lei da organização sindical deve ser revista ao fim de um ano de vigência. Muito aconteceu desde a sua promulgação e muito pode acontecer ainda. Não será mesmo de excluir que aqueles que tanto defenderam a «unicidade» sindical venham a colocar-se no plano oposto, passando a defender a criação de centrais — e sindicatos — de linha partidária a fim de não verem em mãos adversárias uma arma tão poderosa como é a Intersindical.

O facto compreender-se-ia sem esforço. Mas representaria o reconhecimento expresso de que os trabalhadores portugueses — e apenas se fala de trabalhadores porque apenas eles estão em causa — são mais conscientes e realistas do que certos políticos e governantes.



SINDICATOS OS TRABALHADORES DEFENDEM-SE À LISTA?

Texto de MANUEL GONÇALVES DA SILVA Fotos de ANTÓNIO XAVIER

POR coincidência que de modo algum se pode considerar fortuita, a conquista do poder em que se encontram empenhadas diversas organizações políticas, partidárias ou não, conheceu no último mês uma fase particularmente aguda, ao mesmo tempo que nos sindicatos (parte) se desenrolava a eleição dos novos corpos gerentes, por força da lei sindical. A nível dos órgãos do poder verifica-se um

avanço das forças conservadoras e o ressurgir, em termos de propaganda e de agitação, dos sectores mais reacçãoários e mais comprometidos com o anterior regime, acompanhando a desagregação da imagem que se pretendia e se vinha afirmando coesa do Movimento das Forças Armadas; quanto aos sindicatos, em que pontuava a capacidade organizativa dos quadros afectos à linha P. C. P. - M. D. P./C. D. E.,

assinala-se a desoladora desorientação da maior parte dos trabalhadores perante o vazio em que sempre cai a opção, onde não lhe deixam margem para uma alternativa revolucionária.

Efectivamente, as classes trabalhadoras viram-se constrangidas a escolher "do mal o menos", entre as cúpulas dirigistas que os têm conduzido, não raro por caminhos errados, em descarado jogo partidário, e novos candidatos que em vez de soluções concretas para os reais problemas dos trabalhadores quase sempre e só se preocuparam em desenrolar acusações aos primeiros.

Como de costume, tudo se faz em nome dos trabalhadores e ao fim e ao cabo tudo resulta contra eles, ou pelo menos não se consegue criar o clima de confiança que incentive e consolide a participação de amplas massas na vida dos organismos que as representam. Os interesses partidários paralisam muitas iniciativas, calam inúmeras boas intenções e projectos. A conquista de vantagens políticas imediatas relega para plano secundário muito bons princípios. Em suma: repete-se o jogo eleitoralista que a burguesia sabiamente aceita e cujos resultados sobejamente conhecemos.

De concreto, que se passou nos sindicatos em que se registaram modificações impostas pelos resultados das recentes votações? A regra geral é a subida de elementos afectos ao P. S. e ao M. R. P. P., ora coligados, e a queda da linha revisionista, em contrapartida. Mas corresponderá esta mudança a uma opção real da classe, ou sequer a uma nítida demarcação de campo? — Não devemos esquecer que a esmagadora maioria dos trabalhadores, mesmo entre o operariado industrial, esteve afastada da prática sindical (política) e que nos últimos dezoito meses foram muito mais chamados a defender posições ameaçadas do que a participarem em projectos de reestruturação ou de construção de novas bases da sociedade em que vivem. O facto mais significativo, a querer negar o que afirmamos, poderia ser a contestação generalizada da Intersindical. Mas esta estava condenada à partida, pelo seu próprio processo de actuação, anti-democrático, impopular...

Um facto nos parece sintomático: nos sectores mais politizados, onde as experiências de luta permitiram uma demarcação mais nítida dos campos de luta de uns e de outros, as listas de candidatos aos corpos gerentes do sindicato surgem em maior número e melhor identificadas (até ao nível da linguagem...) com os partidos a que pertencem os elementos que as integram. É este, por exemplo, o caso dos CTT, em que concorrem nada menos do que cinco listas — P. S. de mãos dadas com P. P. D.; P. C. P.; F. E. C. (m-l); U. D. P.; e M. R. P. P. — esgotando praticamente o leque de opções possíveis, o que não é estranho à luta desenvolvida na empresa, meses atrás, mobilizando todos os seus sectores, como foi no caso das 40 horas semanais. Mas também esta evidência se perde nos meandros pouco claros da estratégia partidária: acontece que precisamente o baixo índice de politização de largos sectores das massas trabalhadoras impõe às or-



SINDICATOS OS TRABALHADORES DEFENDEM-SE À LISTA?

ganizações políticas verdadeiramente interessadas na defesa dos interesses dos mesmos trabalhadores uma "política do concreto" que permite alianças de outro modo impensáveis, tendo em vista a mobilização dos trabalhadores para a luta no espaço político sindical. Assim terá acontecido, por exemplo, no importante Sindicato Nacional dos Seguros do Sul, surgindo uma lista A que é composta por elementos afectos ao P. S., ao M. R. P. P., e à A. O. C., juntamente com militantes ou pelo menos simpatizantes da B. A. S. E e, até, da U. D. P., em oposição à lista B que inclui nomes ligados ao eixo P. C. P.-F. S. P.-L. C. I.-M. E. S. Conforme é do conhecimento público a primeira lista venceu por ampla margem de votos.

Mas esta política do concreto que se compreende para a realidade concreta que são os sindicatos e a sua prática, particularmente a sua prática depois de Abril do ano passado, nada tem a ver com o aparecimento do casal M. R. P. P.-P. S. E isto pela razão simples de se tratar de uma falsa coligação, que poderia ter resultados muito positivos se conseguisse retirar da direcção dos sindicatos elementos viciados em práticas nada democráticas e portanto desmobilizadoras, subtraindo-os, assim, ao controlo social-fascista que tão encarniçadamente denunciam, para os colocar nas mãos dos trabalhadores e intransigentemente ao serviço e em defesa dos mesmos trabalhadores.

Mas, na prática, o que se vê é o assalto do M. R. P. P. aos órgãos de cúpula dos sindicatos, perante a complacência do P. S. que ainda que interessado não pode fazer frente a tal predominio, quer por falta de quadros, quer por falta de apoio dos trabalhadores. O cego controlo partidário tende a perpetuar-se e a situação não evoluir rapidamente.

E o perigo mantém-se para os sindicatos: assim se recoloca a mordida, paralisando-os, isolando-os da luta contra os seus inimigos, que não estão desarmados, nem adormecidos, nem impotentes: os fascistas de ontem e de hoje.

A realidade da luta eleitoralista nos sindicatos é esta: o grupo M. R. P. P.-P. S. tem assentado baterias contra o social-fascismo, em ri-



goroso exclusivo. Não se trata, já, sequer, de denunciar os chamados sociais-fascistas como perigosos inimigos da classe dentro dos sindicatos, que será necessário expulsar. Eles passaram a ser, para os alegres elementos de tal coligação, os únicos inimigos. E assim se lhes organiza uma campanha que só terá tido paralelo nos tempos das cruzadas anticomunistas promovidas por Salazar e pelo clero que lhe foi fiel.

De tudo isto se retira uma conclusão inaceitável: os trabalhadores estão a ser maquiavelmente manipulados, deixando escapar por entre os dedos a estrutura que deveria servir-lhes de apoio para a luta. Mãos hábeis a corrompem. Quem tirará proveito? Por um lado, parece evidente que o P. S. não retira grandes lucros, ou pelo menos não retira vantagens imediatas, antes se afigurando como apêndice do M. R. P. P., a quem acaba por deixar, forçado ou não, o controlo dos sindicatos em que a coligação vence; o M. R. P. P., esse sim, avança as suas palavras de ordem e faz a sua política, mas apontamos a essa actuação as reservas atrás enunciadas.

E, perante este quadro, não podemos deixar de contemplar os resultados já conhecidos: vitória das forças do P. S. e do M. R. P. P. nos Sindicatos dos Jornalistas, Bancários, Escritórios, Administrativos da Marinha Mercante, Aeronavegação e Pesca, Seguros... Seguem-se as eleições em Sindicatos importantes, como no caso dos Trabalhadores do Comércio, agora a decorrer, nos CTT, e nos Metalúrgicos. No primeiro, a alternativa continua a ser M. R. P. P.-P. S., contra a linha afectada à direcção actual; nos CTT, conforme referimos, surgem cinco listas, num quadro muito mais limpo: será curioso observar como vão repartir-se os votos, em especial no que respeita aos P. S. e ao M. R. P. P.; no mais importante sindicato operário em que se realiza eleições este ano, os Metalúrgicos, as eleições marcadas para o dia 4 de Outubro serão disputadas por listas que se identificam: uma com a actual direcção; outra, com o M. E. S. e a U. D. P.; e, finalmente, a terceira é afectada ao M. R. P. P.

É de ter em consideração, no entanto, que os resultados até agora conhecidos se referem a sindicatos de serviços. A expectativa mantém-se.

E a expectativa mantém-se, igualmente, no que respeita ao futuro da Intersindical. Sabem os trabalhadores, de sua experiência, que a defesa dos seus interesses exige unidade em torno de uma central sindical única, e sobre isso já se pronunciaram. A social-democracia tem refilado perdidamente perante esta evidência, que é um facto. Por outro lado, a prática da Intersindical afastou-a dos trabalhadores, que não se mostram dispostos a embarcar em manobras cupulistas dessa natureza. Que futuro lhe será reservado? Terão os trabalhadores capacidade de organização — de luta têm, de certeza — para recuperar a Inter?

Única certeza: a unidade dos trabalhadores continua em perigo. Perigo que é de morte. A menos que se cansem de vez de tanto ouvir falar em seu nome e levantem a voz, para reporem a verdade.